

Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Gabinete da Prefeita

Lei nº 742, de 30 de dezembro de 2009.

Institui o Fundo Municipal de Saúde do Município de MONTANHA e dá outras providências.

Capítulo I

Seção I

Dos Objetivos

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde do Município de MONTANHA, Estado do Espírito Santo, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento da saúde da população, executadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:

I – o atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II – a vigilância sanitária;

III – a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;

IV – o controle e fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente do trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual;

JOM

Seção II

Da Vinculação do Fundo

Art. 2º - O **Fundo Municipal de Saúde** ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde e terá coordenação definida pela Prefeita Municipal.

Seção III

Das Atribuições da Prefeita Municipal

Art. 3º - São atribuições da Prefeita Municipal:

I – nomear o coordenador do Fundo Municipal de Saúde;

II – delegar a função de assinar cheques ao Secretário Municipal de Saúde juntamente com o responsável pela Tesouraria.

Seção IV

Das Atribuições do Secretário Municipal de Saúde

Art. 4º - São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

I – gerir o **Fundo Municipal de Saúde** e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

II – acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III – submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância

JCM

com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV – submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

V – encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI – subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;

VIII – assinar cheques com o responsável pela Tesouraria;

VIII – ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX – firmar convênio e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com a Prefeita Municipal, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Seção V

Do Coordenador do Fundo

Art. 5º - São atribuições do Coordenador do Fundo:

I – preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

II – manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;



III – manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga do Fundo;

IV – encaminhar à contabilidade geral do Município:

a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

b) trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;

c) anualmente, o inventário dos bens móveis e o Balanço Geral do Fundo.

V – firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI – preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Secretário Municipal de Saúde;

VII – providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII – apresentar ao Secretário Municipal de Saúde, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

IX – manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;

X – encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

com

XI – manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde;

XII – encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal de saúde.

Seção VI

Dos Recursos do Fundo

Art. 6º - São receitas do Fundo:

I – as transferências oriundas da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento próprio do Município, como decorrência do que dispõe a Constituição Federal;

II – alienações patrimoniais e os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III – o produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

IV – o produto da arrecadação da taxa de fiscalização e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI – doações em espécie feitas diretamente para este Fundo.

JCM

§ - 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II – de prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

§ 3º - As liberações de receitas por parte do Município, conforme estipulado nos incisos IV e V deste artigo serão realizadas no máximo no 10º (décimo) dia útil do mês seguinte àquele em que se efetivaram as respectivas arrecadações.

Seção VII

Dos ativos do Fundo

Art. 7º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I – disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial oriundos das receitas específicas;

II – direitos que porventura vier a constituir;

III – bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do Município;

IV – bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de saúde;

V – bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município.



Parágrafo Único – Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

Seção VIII

Dos Passivos do Fundo

Art. 8º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de saúde.

Seção IX

Do Orçamento

Art. 9º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e a lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Seção X

Da Contabilidade

Art. 10 – A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observadas dos padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

DM

Art. 11 – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços e, concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 12 – A escrituração contábil será pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entende-se como relatório de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

Seção XI

Da Execução Orçamentária

Da Despesa

Art. 13 – Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único – Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 14 – A despesa do Fundo se constituirá de:

I – financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria ou com ela conveniados;

DCM

II – pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da presente Lei.

III – pagamento pela prestação de serviços e entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor de saúde, observado o disposto na Constituição Federal;

IV – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V – construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde e dos conselheiros de saúde;

VIII – atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionadas no art. 1º desta Lei.

Seção XII

Das Receitas

Art. 15 – A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.



Capítulo II

Das Disposições Finais

Art. 16 – O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Art. 17 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Montanha, 30 de dezembro de 2009.



Iracy Carvalho Machado Baltar Fernandes
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHIA

- Estado do Espírito Santo -

LEI Nº 446/98

Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o funcionamento das ações na área de assistência social.

Art. 2º- Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotações orçamentarias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma de Lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência terá direito a receber por força da lei e convênios no setor;

VI - produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente inuídas.

§ 1º - A dotação orçamentaria prevista para o órgão tutor da Administração Pública Municipal, responsável pela istência social, será automaticamente transferida para a conta do ido Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as eitas correspondentes.

§ 2º - Os recursos que compõem o Fundo serão positados em instituições oficiais, em conta especial sob a nominação Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º - O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal : Assistência Social e sob a orientação e controle do Conselho unicipal de Assistência Social.

§ Único - O orçamento do Fundo Municipal de ssistência Social - FMAS integrará o orçamento da Secretaria unicipal de Assistência Social.

Art. 4º - O gestor do FMAS terá as seguintes atribuições:

I - firmar convênios e contratos, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo, conforme diretrizes aprovadas pelo CMAS;

II - administrar o FMAS e estabelecer política de aplicação dos recursos em conjunto com o CMAS;

III - acompanhar, avaliar e viabilizar a realização das ações previstas no Plano Plurianual de Assistência Social;

IV - submeter ao CMAS o plano de aplicação dos recursos a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentarias e com a Lei Orçamentaria Municipal;

V - submeter a apreciação CMAS, trimestralmente, ou quando solicitado, as prestações de contas e relatórios do FMAS;

VI - ordenar empenhos e autorizar pagamentos das despesas do FMAS.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, serão aplicados em :

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvido pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas específicos de programas e projetos específicos do setor de Assistência Social;

III - aquisição de material permanente e de consumos de materiais necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação e aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de captação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento de benefício eventuais conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social.

Art. 6º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registrada no CMAS, será efetivada por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ Único - As transferências de recursos para organizações governamentais e não-governamentais de assistência social, se processarão mediante convênios, contratos ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 7º - As contas e relatórios do gestor do FMAS serão submetidos à apreciação do CMAS, mensalmente de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 8º - O orçamento do FMAS evidenciará as políticas do programa aprovado pelo CMAS, observado o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios de universalidades e do equilíbrio.

§ Único - O orçamento do FMAS integrará o orçamento do Município em obediência ao princípio de unidade.

Art. 9º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, em informar, apropriar e apurar custos dos serviços bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 10 - A contabilidade do FMAS tem por objetivo evidenciar a situação financeira patrimonial e orçamentária do Sistema Municipal de Assistência Social, observar os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 11 - A escrituração contábil será feita no órgão de contabilidade da prefeitura.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Constitui relatórios de gestão os balancetes mensais de receitas de despesas do FMAS e demais demonstrações exigidas pela legislação.

§ 3º - As demonstrações e relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade do Município.

Art. 12 - O FMAS terá vigência ilimitada.



Art. 13 - Para atender as despesas decorrentes da implantação da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir no presente exercício, Crédito Especial no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) usando como recursos anulações de dotações orçamentárias.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, fica revogada a Lei nº 381, de 23 de outubro de 1995.

Montanha-ES, 12 de junho de 1998.


Júlio Cesar Vasques Capilla
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHIA

- Estado do Espírito Santo -

LEI Nº 447/98

Dispõe sobre autorização para a concessão de salas.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

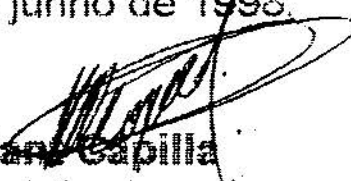
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder em comodato, por prazo indeterminado, duas salas pertencentes à municipalidade, sendo uma para o Cartório Eleitoral e a outra para o DETRAN.

Art. 2º - Caso o Município não tenha disponibilidade das salas citadas no artigo anterior, poderá alugá-las, desde que o aluguel não ultrapasse a 02 (dois) salários mínimos mensais cada, utilizando-se de dotações orçamentarias da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Montanha-ES, 12 de junho de 1998.


Júlio Cesar Vailant Capilla
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

- Estado do Espírito Santo -

LEI Nº 448/98

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinado a conceder Subvenção Social ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, constituído por municípios do Estado do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, cujo participação do Município de Montanha foi autorizada pela Lei nº423, de 16 de setembro de 1997.

Art. 2º - Os recursos para a abertura de Crédito Especial serão da anulação parcial da seguinte dotação: 60001-1375283-045.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Montanha-ES, 12 de junho de 1998.

Júlio César Viana Capilla
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

- Estado do Espírito Santo -

LEI Nº 449/98

Altera nome de Logradouro Público.


A Câmara Municipal de Montanha Aprova:

Art. 1º - A Praça Três Poderes localizada no
Bairro Ângelo Depollo, passará a chamar-
se de Osmar da Rocha Soares.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Montanha-ES, 12 de Junho de 1998.


Júlio Cesar Viana Capilla
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHIA

- Estado do Espírito Santo -

LEI Nº 450

Institui o Dia Municipal da Água.


Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

Art. 1º - *Fica instituído o Dia Municipal da Água que será comemorado*
dia 22 de março de cada ano.

Art. 2º - *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Montanha-ES, 12 de junho de 1998.


JÚLIO CESAR VAILANT CAPILLA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

- Estado do Espírito Santo -

LEI Nº 451

Dispõe sobre a organização, a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação do Município de Montanha e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Montanha-ES, faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I

Da Criação

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação de Montanha - ES, nos termos do art. 211 da Constituição Federal e art. 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96.

I - estabelecer diretrizes para o processo de autorização aprovação das escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;

II - estabelecer critérios e aprovar planos de aplicação dos recursos da educação;

III - identificar e propor forma de integração e compatibilização de decisões e ações entre as diversas esferas de governo no campo da educação, visando o melhor atendimento à população e à racionalização de esforços e recursos;

IV - avaliar o desempenho do sistema municipal de ensino face às diretrizes e metas estabelecidas verificando os resultados alcançados;

V - deliberar sobre casos, problema e situações específicas que se apresentem no município;

VI - participar do planejamento, acompanhamento e avaliações de campanhas contra a evasão e repetência escolar e outras que objetivam facilitar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos;

VII - participar da composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo de

ção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, no municipal:

VIII - elaborar e, quando necessário, reformular seu Regimento Interno;

IX - exercer outras atribuições que, por delegação ou força de lei, lhes conferidas.

X - acompanhar a execução da LDO e do Orçamento;

XI - participar da elaboração da LDO e do Orçamento anual da

ção;
XII - programar permanentemente ações com a Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Superintendência Regional de Educação.

CAPÍTULO II

Das Finalidades

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado de orientação sobre a política educacional no Município tem por finalidade: planejar, controlar e disciplinar as atividades do ensino exercendo funções normativas, fiscalizadoras e avaliadoras na esfera de sua competência.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Educação as atribuições previstas na Lei nº 9394/96 e as abaixo especificadas:

I - formular, em cooperação com o Poder Público, as diretrizes da política educacional, no Município;

II - aprovar o Plano Municipal de Educação, bem como outros instrumentos de planejamento educacional, na esfera Municipal;

III - assistir e orientar o poder público local na condução dos assuntos relacionados à educação;

IV - apreciar e aprovar sobre projetos educacionais a serem implementadas no Município, mesmo que estes estejam fora de sua competência específica nas que, de algum modo, tenham eventual repercussão sobre a educação municipal;

V - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais legais e normativas, em matéria de educação, no território municipal;

VI - apreciar e aprovar sobre convênios, acordos e contratos que o Executivo pretenda celebrar, na área da Educação, inclusive reformas e construções;

VII - apreciar relatórios anuais do Órgão Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV

Da Composição

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação compõe-se de 06 membros e igual número de suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas de experiência e saber no campo educacional, representativas das diversas modalidades oferecido pelo Sistema Municipal de Ensino observado a seguinte participação:

- I - representante do Poder Legislativo indicado pela Mesa;
- II - o Secretário Municipal de Educação;
- III - 01 representante do magistério da rede pública municipal;
- IV - 01 representante do Magistério da rede pública estadual;
- V - 01 representante de pais de alunos;
- VI - 01 representante dos grêmios estudantis organizados no Município;
- VII - 01 representante do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - A escolha dos membros de que tratam dos incisos II, III, IV, V deste artigo será feita em Assembléia das respectivas categorias, devidamente convocadas para este fim.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Educação será presidido pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 6º - O Vice-Presidente do Conselho será escolhido em votação de pares, e responderá pela presidência nas ausências do seu titular.

CAPÍTULO V *Do Mandato*

Art. 7º - O mandato dos membros do Conselho terá a duração de 02 (dois) anos, permitida a reeleição e/ou indicação por uma vez consecutiva.

§ 1º - Os Conselheiros, previstos nos incisos II, III, IV, V do art. 4º, que deixarem de pertencer às categorias que representam, serão por estas substituídos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Ocorrendo impedimento legal ou afastamento do membro titular, assumirá o seu suplente para completar o mandato.

§ 3º - Nos casos de impedimento legal ou afastamento também dos respectivos suplentes, serão escolhidos por suas respectivas categorias, novos membros para conclusão do mandato, os indicados pelo Prefeito, quando se tratar da representação prevista no art. 4º, inciso VI.

Art. 8º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será considerado vago, antes do término estabelecido, nos seguintes casos:

- I - morte;
- II - renúncia;

- III - ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou alternadas, no período de 01 (um) ano;
- IV - doença que exija licença médica superior a 03 (três) meses;
- V - procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- VI - condenação por crime comum ou de responsabilidade;
- VII - não mais pertencer à categoria que representa no Conselho.

Art. 9º - O mandato do Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação será por um período de 02 (dois) anos podendo o mesmo concorrer a um novo mandato consecutivo.

Art. 10 - O Conselho Municipal de Educação será renovado, integralmente, e, 1/3 (um terço) de seus membros, visando a conservação de um núcleo evitando a descontinuidade das políticas educacionais.

CAPÍTULO VI

Do Funcionamento

Art. 11 - O Conselho Municipal de Educação funcionará em sessão solene e em reuniões de comissões permanentes, na forma que for estabelecida em seu Regimento Interno.

§ 1º - O Conselho Municipal de Educação poderá criar comissões especiais ou grupos de trabalho para execução de tarefas indicadas no ato de criação das mesmas.

§ 2º - O Secretário Municipal de Educação, quando julgar necessário, poderá solicitar a criação de comissões especiais ou grupos de trabalhos, indicando as respectivas tarefas.

Art. 12 - O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á com a presença de, no mínimo, 05 (cinco) Conselheiros.

Parágrafo Único - Caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Educação presidir as sessões plenárias com o direito a voto de desempate.

Art. 13 - As ações normativas do Conselho Municipal de Educação serão tomadas na forma de PARECERES, RESOLUÇÕES e INDICAÇÕES.

Parágrafo Único - Os pareceres que envolvem organização e funcionamento de escolas e órgão do Sistema Municipal de Ensino, bem como todas as Resoluções, dependem de homologação do Secretário Municipal de Educação.

Art. 14 - Fica criado na estrutura de cargos comissionados da Secretaria Municipal de Educação, para atender especificamente ao Conselho Municipal de Educação, o Cargo de Secretário Executivo, padrão I, subordinado à Presidência do Conselho.

Parágrafo Único - O Secretário Executivo deverá ser indicado pela Comissão Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 15 - As categorias previstas no art. 4º, incisos II, III, IV e VI terão prazo de 30 (trinta) dias, anteriores à data da posse, para indicação ao Prefeito Municipal e seus representantes para comporem o Conselho Municipal de Educação.

Art. 16 - A posse dos membros e o início dos trabalhos do Colegiado se darão após publicação da presente Lei.

Art. 17 - O Conselho Municipal de Educação deverá ter o seu Regimento Interno elaborado e aprovado por seus membros, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do primeiro mandato.

Parágrafo Único - O Regimento Interno de que trata o caput deste artigo deverá ser homologado por ato do Prefeito Municipal.

Art. 18 - As funções do Conselheiro do Conselho Municipal de Educação serão consideradas de relevante interesse público e social e o seu exercício tem prioridade sobre o de qualquer outro cargo público no Município de que sejam titulares os seus membros.

Art. 19 - O Conselho Municipal de Educação terá assessoria técnica subordinada à Presidência e contará com o corpo de funcionários de apoio administrativo.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no caput deste artigo, a assessoria técnica e os profissionais de apoio administrativo serão solicitados ao Secretário Municipal de Educação.

Art. 20 - As atribuições inerentes à Presidência do Conselho Municipal de Educação, à Secretaria Executiva, bem como à Assessoria Técnica e Serviços de Apoio Administrativo serão normatizadas no Regimento Interno do Colegiado.

Art. 21 - O Conselho Municipal de Educação divulgará em Boletim, semestralmente, o relatório de suas atividades e, anualmente, elaborará documento oficial, contendo resoluções, pareceres e outros atos aprovados no exercício.

*Art. 22 - As despesas decorrente da instalação e manutenção do
Municipal de Educação correrão à conta da dotação orçamentaria própria.*

*Art. 23 - Os casos omissos nesta Lei serão tratadas no Regimento
resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.*

*Art. 24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
disposições em contrário.*

Montanha-ES, 16 de junho de 1998.


Julio Cesar Capilla
Prefeito Municipal